

Crise estourou em 82

CONSUELO DIEGUEZ

A troca dos bônus da dívida externa brasileira por novos papéis com melhores condições de pagamento, acertada ontem com os bancos credores, em Nova Iorque, selando um acordo fechado em novembro, põe fim a um contencioso com a comunidade financeira internacional que completaria 12 anos no próximo dia 6 de setembro. Nesse mesmo dia, em 1982, durante a tensa reunião do Fundo Monetário Internacional, em Toronto, Canadá, o México anunciava a moratória da sua dívida externa, criando pânico nos bancos credores, que cortaram, imediatamente, as linhas de crédito interbancárias e de comércio aos devedores, entre eles o Brasil, abrindo uma crise que praticamente inviabilizou as economias latino-americanas durante toda a década de 80.

Entre 1983 e 1993, o Brasil pagou só de juros da dívida externa US\$ 130 bilhões, quase a totalidade da sua dívida com bancos e organismos oficiais de crédito, que, no ano passado era de US\$ 135 bilhões. O resultado dessa sangria de recursos foi a estagnação da economia brasileira, a aceleração da inflação, e o empobrecimento da população.

O Brasil, assim como vários países latino-americanos tomaram crédito barato dos bancos credores. Até 1981, os juros cobrados por esses empréstimos eram muito baixos. No entanto, em 1982, com a alta da inflação nos países ricos, as taxas subiram encarecendo os encargos dos devedores. Em julho de 1982, os devedores começaram a dar sinais de que não conseguiram arcar com os compromissos.

Em setembro daquele ano — que ficou marcado na história da economia mundial como o setembro negro — o México comunicava que não tinha mais condições de pagar. O Brasil, porém, às vésperas de eleições para governador, em novembro, adiou o anúncio de que estava quebrado porque o então presidente João Figueiredo queria garantir a eleição dos candidatos da Arena. Somente em dezembro, o país admitiu sua situação e anunciou a ida ao FMI.

Até que o socorro do FMI chegasse em fevereiro de 1983, o país passou por maus pedaços. Ao contrário do México, que tinha grande produção de petróleo, o Brasil dependia de financiamentos para a compra do produto. Por essa razão, não podia pedir moratória, precisava diariamente renovar suas linhas com os bancos. Essas linhas só foram garantidas porque o Federal Reserve, o banco central americano, montou uma operação de emergência com 20 grandes bancos privados para evitar uma quebra no sistema financeiro internacional.

Depois do primeiro acordo com o FMI, em dezembro de 1982, o Brasil assinou mais 11 cartas de intenções. Nenhuma foi cumprida. Em 1987, o Brasil pediu moratória. A partir de 1991 os bancos passaram a admitir que os devedores não tinham condições de pagar juros tão altos. Foi então que surgiu a alternativa de desconto na dívida, o chamado plano Brady, permitindo ao Brasil iniciar negociações concretas com os credores, sendo o último dos grandes devedores a fechar o acordo.